

PARECER N° 1.803/2025 – NSAJ/SESMA/PMB

PROCOLO N° 237/2020-GDOC.

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO DE E EMPRESA ESPECIALIZADA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO A FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS E DE SERVIDORES. CONTRATO N° 048/2024 – SESMA/PMB.

INTERESSADO: BANCO DO BRASIL S.A

Senhor Secretário Municipal de Saúde,

Este Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos da Secretaria Municipal de Saúde – SESMA foi instado a se manifestar acerca da possibilidade de **prorrogação para mais 12 (doze) meses o CONTRATO n° 168/2021-SESMA** firmado com a empresa **BANCO DO BRASIL S.A**, conforme manifestação e justificativa do Departamento Administrativo-DEAD/SESMA e por meio de despacho do dia 26 de Março de 2025, constantes nos autos.

O DEAD/SESMA se manifesta de forma favorável a prorrogação (CONFORME despacho do dia 26/03/25), assim como na manifestação da contratada **BANCO DO BRASIL S.A** (Manifestação devidamente assinada pelo Ofício n° 241/2025 no dia de 28/03/25) com interesse em prorrogar por **12 (doze) meses** para o período **entre 28/05/2025 à 28/05/2026**, devido a necessidade de continuação na prestação do serviço essencial à administração pública (ordens de pagamento) e a municipalidade, por meio da SESMA.

Identifica-se que este é o 2° termo aditivo ao contrato, sendo: O 1° referente ao acréscimo de 25% ao valor inicial do contrato, e o 2° referente à prorrogação de tempo de execução do contrato.

Nessa perspectiva, o Núcleo de Contratos, procedeu a formulação da 2ª minuta de Termo Aditivo (e 1ª prorrogação), referente a prorrogação de prazo. Sem mais a considerar sobre.

Consta ainda, informação de que consta dotação orçamentária, dada pelo FMS/SESMA.

É o breve relatório. Passa-se ao parecer.

Avenida Governador José Malcher n° 2821–São Brás, CEP
66090-100

E-mail: sesmagab@gmail.com

II - DO DIREITO

Primeiramente, é importante ressaltar que a presente análise, limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros e aqueles que exijam o exercício da competência e da discricionariedade administrativa a cargo dos setores competentes desta Secretaria.

II.1 - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

Há previsão expressa na lei geral de licitações (Lei n° 14.133/2021) admitindo a prorrogação do prazo de execução, conforme art. 107, o qual transcrevemos abaixo:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Como se pode observar do preceito colacionado, é admitida a prorrogação desde que o fundamento se enquadre em uma das situações elencadas no caput da referida norma. Além do que, há que se observar, a prorrogação deverá ser justificada por escrito e autorizada (atestada) pela autoridade competente, desse que as condições de prorrogação permanecem vantajosos para a Administração.

De acordo com as informações contidas no presente processo, torna-se necessária a prorrogação da vigência do contrato, fundamentalmente embasada no art. 107, da Lei 14.133/21.

No conceito do Professor Ivan Barbosa Rigolin, serviço contínuo, ou continuado:

“Significa aquela espécie de serviço que corresponde a uma necessidade permanente da Administração, não passível de divisão ou

Avenida Governador José Malcher n° 2821–São Brás, CEP
66090-100

E-mail: sesmagab@gmail.com

segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém, prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, ou de outro modo posto à disposição em caráter permanente, em regime de sobreaviso ou prontidão." (RIGOLIN, Ivan Barbosa. Publicidade institucional é serviço contínuo. In Boletim de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 12. São Paulo: NDJ, 1999.)

Para o jurista Leon FredjdaSzklarowsky, são aqueles que "não podem ser interrompidos, não podem sofrer solução de continuidade, sob pena de causar prejuízo ou dano."

Leciona ainda o mestre Marçal Justen Filho:

"A lei presume, de um lado, a inevitabilidade da disponibilidade de recursos para custeio dos encargos contratuais. Tanto mais porque os contratos de prestação de serviços não usam montar a valores que possam afetar as disponibilidades orçamentárias. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas na lei orçamentária posterior, certamente, existirão recursos para o pagamento dos serviços. Ademais, os serviços prestados de modo contínuo teriam de ser interrompidos, caso fosse vedada a contratação superior ao prazo de vigência dos créditos orçamentários. Isso importaria sério risco de continuidade da atividade administrativa. Suponha - se, porexemplo, serviços de fornecimento de alimentação. A Administração seria constrangida a promover contratação direta, em situação de emergência, ao final de cada exercício, caso a contratação não pudesse se fazer por prazo mais longo." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Dialética, 2012.).

Ademais, em **atenção à necessidade da manutenção dos serviços de alimentação preparada** que são prestados à esta Secretaria de Saúde, e que não pode ser interrompido, uma vez que trata-se de atividades e **serviço ESSENCIAL** as atividades fins prestadas por esta Secretaria, principalmente quanto às obrigações de pagamento adquiridas pela da administração.

Neste interím, a alteração foi proposta dentro dos limites legais; houve a exposição dos motivos que levaram a prorrogação da vigência do contrato por **mais 12 (doze) meses** ainda que com pequenas ressalvas materiais que não impedem a prorrogação contratual; há previsão orçamentária que atenda a presente demanda; da publicação do termo aditivo em atenção ao artigo 61 da Lei nº 8.666/1993; o registro no Tribunal de Contas do Município e as demais cláusulas contratuais mantidas, em acordo com o contrato.

Portanto, necessário se faz evocar os princípios:

a) **Da supremacia do interesse público sobre o privado**, no qual o ente administrativo ocupe posição privilegiada e de supremacia nas relações com os particulares. A posição privilegiada se traduz pelos benefícios trazidos pelo próprio ordenamento jurídico, com fim de assegurar a proteção dos interesses públicos. Já a posição de supremacia pode ser traduzida pela posição de superioridade que o Poder Público assume diante do particular. Diferente das relações cíveis, entre particulares, onde vigoram relações de igualdade, ou de horizontalidade, nas relações entre a Administração e o particular, vigora a verticalidade. Justificada pela necessidade de gerir os interesses públicos, aos entes governamentais é dada a possibilidade de impor obrigações aos administrados, por ato unilateral, como também modificar unilateralmente relações já estabelecidas.

b) **O princípio da indisponibilidade do interesse público** se baseia no fato de que os interesses próprios da coletividade "não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis". Os entes públicos, por exercerem a chamada "função pública", têm o dever de satisfazer os interesses da coletividade. Tais privilégios e prerrogativas, muitas vezes, chamados de "poderes", são na verdade "poderes-deveres"

Assim, além de não haver óbice legal, a esta Secretaria é de extremo interesse e necessidade continuar com o contrato junto à **BANCO DO BRASIL S.A** que presta serviços de ordens bancárias, essenciais

Avenida Governador José Malcher nº 2821-São Brás, CEP
66090-100

E-mail: sesmagab@gmail.com

ao funcionamento desta Secretaria de Saúde, com o objetivo de dar continuidade ao atendimento aos pacientes do SUS.

II.3 - DO TERMO ADITIVO:

Em vista disso, a prorrogação deve ser formalizada mediante termo aditivo, instrumento hábil, independente de nova licitação. Convém dizer que o termo aditivo é utilizado para todas as modificações admitidas em lei que restam caracterizadas como alterações contratuais.

A minuta do **2º Termo Aditivo (e 1ª prorrogação)**, ora analisada, apresenta qualificação das partes, cláusulas de objeto/finalidade, prazo de vigência do termo, da publicação, o que confirma a legalidade da peça em comento.

Verifica-se que esta prorrogação de prazo de validade com a referida contratada, está dentro do limite total de extensões, que hoje em dia são decenal (10) anos, portanto, **que é o permitido pela nova legislação aplicada ao contrato.**

Portanto, verifica-se que a mesma, atende as exigências dispostas nos Art. 107, inciso II da lei nº 14.133/2021, que determina quais as cláusulas que são necessárias em todo contrato, de modo que não merece censura, estando o documento contratual em condição de ser assinado.

Com relação aos valores, estes também não serão alterados, permanecendo aqueles já aplicados na relação jurídica, o que não ocasionará em aumento de despesa pela Secretaria.

Vale ressaltar, que depois de firmado o contrato pela parte e por 02 (duas) testemunhas, é indispensável que os mesmos sejam publicados resumidamente no DOM, para que tenham eficácia, nos justos termos do art. 61, parágrafo único da lei nº 8.666/1993 e registrado junto ao TCM.

III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, este NSAJ/SESMA, **PELO DEFERIMENTO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA MAIS 12 (DOZE) MESES**, e pela **APROVAÇÃO DA MINUTA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO NO CONTRATO n° 048/2024 com a empresa BANCO DO BRASIL S.A**, com fulcro no **art. 107 da Lei n° 14.133/21**, não se vislumbrando qualquer óbice jurídico, em tudo observadas as formalidades legais.

Ressalte-se o caráter meramente opinativo deste parecer, respeitando o poder soberano do Titular desta SESMA, caso entenda de forma diversa, para melhor atender ao interesse público.

É o parecer. S.M.J.

Belém, 13 de Maio de 2025.

AUGUSTO MENDES

OAB/PA n° 16.325

Matrícula n° 0408832-010

Assessor Jurídico NSAJ/SESMA

1. Ao Controle Interno para manifestação;
2. Após, à Autoridade Superior competente para as providências que se fizerem necessárias.

VITOR DE LIMA FONSECA

Diretor do Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos-
NSAJ/SESMA.